

Crise do trabalho hoje: desenvolvimento tecnológico, instabilidade do emprego e crise do capitalismo

Maurilio Lima Botelho

Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor adjunto no Departamento de Geociências da UFRRJ.

Resumo: O artigo procura retomar o tema da crise do trabalho discutindo três dimensões: o papel do desenvolvimento tecnológico na eliminação de postos de trabalho; a constante transformação nos processos produtivos que cria instabilidade no emprego e a improdutividade progressiva da força de trabalho mundial. Essas reflexões são a base para uma discussão mais ampla sobre a crise da sociedade do trabalho, isto é, a contradição estrutural que enfrentamos hoje de uma sociedade que tornou o trabalho como mecanismo básico de socialização, mas mobiliza todos os meios para eliminá-lo.

Palavras-chave: Crise da sociedade do trabalho; desemprego; trabalho improdutivo.

Labor crisis today: technological development, employment instability and crisis of capitalism

Abstract: The article takes up the theme of crisis of work discussing three dimensions: the role of technological development in the elimination of jobs; the constant change in the productive processes that creates instability in employment and the unproductiveness progressive of the global workforce. These reflections are the basis for a discussion on the crisis of the work society, that is, the structural contradiction we face today a society that put the work as a basic mechanism of socialization but mobilize all means to eliminate it.

Keywords: Crisis of the work society; unemployment; unproductive labor.

Há mais de uma década, a discussão sobre a “crise da sociedade do trabalho” foi relegada, no Brasil, ao quarto de despejo da teoria social. A profunda crítica dirigida ao papel central ocupado pelo trabalho tanto na filosofia e ciência burguesas (liberalismo, protestantismo e economia política) quanto na teoria

socialista (marxismo) foi descartada como erro de interpretação. A ideia de crise do trabalho seria uma impossibilidade objetiva, já que o trabalho seria a própria relação eterna homem e natureza. A ontologia serviu como fundamento irrefutável para a renúncia a uma crítica radical da sociedade burguesa. Mas a rejeição não se restringia ao plano teórico, pois as agruras de um mercado de trabalho cada vez mais reduzido, restrito e seletivo eram tachadas como impressão equivocada: a instabilidade do mercado de trabalho seria uma constante na história capitalista. Com isso, as próprias singularidades de nossa época passaram a ser ignoradas.

Agora se chega ao fundo histórico de toda essa rejeição: os anos de “espetáculo de crescimento” serviram de ilusão àqueles que ainda confiavam no “país do futuro” e no “desenvolvimento nacional” – até mesmo intelectuais críticos da economia de mercado se renderam às fantasias do curto ciclo de ascensão fictícia, acreditando que os índices manipulados do mercado de trabalho teriam liquidado essa discussão. No resto do mundo, a linha interpretativa não seria diferente: os ciclos cada vez mais acelerados de ficcionalização da riqueza tornaram secundária a discussão sobre a crise do trabalho. Relatórios anuais das organizações internacionais, informes de sindicatos e institutos de pesquisa continuariam apresentando os índices assustadores de destruição dos postos de trabalho, mas a euforia especulativa deixava essas informações cobertas pelos ganhos imediatos nos mercados e pelas possibilidades abertas à própria administração financeira do orçamento público.

A crise da economia mundial, retomada com força após o estouro da bolha imobiliária americana e seguida de uma desvalorização acelerada das *commodities*, trouxe de volta a realidade incontestável da crise do trabalho. Os índices de desemprego saltaram novamente em todo o mundo e empregos temporários inflados pelas finanças foram rapidamente descartados. No Brasil, enxergamos agora o esgotamento do modelo de direção financeirizada de um pretense desenvolvimentismo nacional: em apenas um ano, o desemprego cresceu 41,5 %, ¹ chegando a 10,9 % e ultrapassando 11 milhões de indivíduos procurando emprego. ² Mesmo mudanças na metodologia de aferição de desempregado ou a redução da taxa de participação na força de trabalho estimulada por políticas governamentais não foram capazes de segurar por muito tempo os índices

¹ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/total-de-desempregados-cresce-415-atunge-mais-de-9-milhoes-18706543>>. Acesso em: mai. 2016.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/mais-de-11-milhoes-de-trabalhadores-estao-desempregados-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: mai. 2016.

reduzidos de desemprego. Como o feitiço de Dorian Gray, rapidamente a jovialidade e juventude desapareceram e o velho problema social da exclusão voltou à ordem do dia.

É evidente que o rápido desmanche da economia brasileira com o esgotamento do projeto petista no governo central não deve ser visto como a vitória da sociedade de mercado. O malogro desse ciclo é a demonstração de que os limites do desenvolvimento capitalista não podem ser mobilizados voluntariamente por governos bem intencionados e, mais importante ainda, que a própria estrutura social mantida intacta nesses anos deve ser encarada de modo crítico. Isso é uma exigência de qualquer teoria que não se rende à positividade do mundo, mais ainda nesse momento em que a prisão categorial ao horizonte estreito de administração da crise deixou um quadro de devastação na teoria social. A rejeição a uma radical crítica da sociedade do trabalho foi levada à frente inclusive por aqueles que, limitados por uma compreensão superficial da sociedade burguesa, se enraizavam nos mesmos marcos desta.

A insistência numa normalidade da “sociedade do trabalho” diante do quadro de decomposição acelerada só pode ser encarada como o sintoma desse autismo teórico que nos prendeu a um apertado escaninho onde as polarizações ideológicas se anulam. A necessidade de superar esse reducionismo teórico deve começar pela crítica da ideologia básica de nossa sociedade, a *ideologia do trabalho*. Apenas a partir de uma reconstrução crítica do histórico de afirmação do trabalho como valor e pressuposto da vida social – inclusive como elemento “ontológico” de nossa sociedade, tal como prescreve uma certa linha marxista – é que os fundamentos dessa sociedade podem ser questionados. Infelizmente, não podemos fazer isso devido aos limites de nossa reflexão.

Por isso nos limitaremos aqui a três aspectos que consideramos importantes para demonstrar as raízes da “crise do trabalho”: a progressiva substituição da força de trabalho humano por mecanismos automáticos de produção; a reorganização dos processos produtivos que impõe uma dinâmica incessante de extinção de postos de trabalho e a improdutividade crescente da força de trabalho remanescente. Embora com um foco histórico-empírico, as discussões serão mediadas conceitualmente pela teoria do valor para que seus significados sociais mais profundos sejam ressaltados.

A progressiva inutilidade da força de trabalho

Há algum tempo que as informações sobre a substituição da força de trabalho humana por máquinas cada vez mais sofisticadas e robôs ganham os noticiários econômicos. Entretanto, há ainda grande resistência à ideia de que isso implique em impacto significativo sobre a disponibilidade de emprego, dado que o argumento mais utilizado é que enfrentamos periodicamente apenas a substituição de tarefas com a incorporação de máquinas e robôs no processo produtivo. A transferência da força de trabalho do processo produtivo para a manutenção dos operadores automáticos ou para outros setores criados por essa mesma tecnologia seriam os caminhos mais comuns, tudo passando de mero deslocamento dos trabalhadores, não a sua eliminação.

O problema é que o uso de máquinas cada vez mais avançadas reduz a cada ano as exigências em sua manutenção: as montadoras japonesas, por exemplo, já utilizam robôs em suas linhas de montagem que passam trinta dias inteiros sem manutenção humana, trabalhando a pleno vapor e com intensa capacidade produtiva.³ Esse exemplo, embora possa ser considerado um dos mais avançados do ponto de vista da economia capitalista, é significativo porque há décadas a indústria automobilística continua sendo a mais importante atividade econômica de nossa sociedade – e num momento de crise mundial, onde a maior parte das montadoras enfrentam dificuldades econômicas gigantescas, salta aos olhos que as montadoras japonesas continuem sendo as únicas que operam com lucros.⁴ Pode-se presumir daí que, conforme a teoria do valor tal como desenvolvida por Marx, as empresas que menos se utilizam de força de trabalho humana, portanto as que menos adicionam valor à reprodução geral do capital, são aquelas que mais captam a mais-valia socialmente produzida pelas demais.

Esse exemplo extremo não significa de modo algum a impossibilidade de sua universalização. Pelo contrário, a avançada tecnologia tem generalizado a robótica como meio de produção: robôs industriais avançados, que há poucos anos custavam milhares de dólares, são vendidos hoje a 150 mil dólares e utilizados por diversos tipos de indústrias. Graças ao barateamento, o volume anual de robôs industriais sendo

³ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2015/nov/05/robot-revolution-rise-machines-could-displace-third-of-uk-jobs>>. Acesso em: mai. 2016.

⁴ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/montadoras-japonesas-foram-as-unicas-a-crescer-em-vendas-no-ano>>. Acesso em: mai. 2016.

negociados saltou: em 2013 foram vendidas 179 mil unidades em todo o mundo, já em 2014 ocorreu a venda de 225 mil robôs.⁵

O resultado dessa generalização é raramente avaliado de um ponto de vista teórico e conceitual, muito menos integrado a uma teoria da reprodução econômica capitalista: um robô sendo vendido a pouco mais de 100 mil dólares no mercado mundial representa um impacto gigantesco sobre a economia do trabalho. Calcula-se que para a criação de cada posto de trabalho na indústria, em termos competitivos internacionais, seja necessário um investimento de mais de meio milhão de dólares.⁶ Portanto, a redução dos custos de produção de avançados mecanismos de produção automatizados apontam não apenas para uma realidade já dada – a configuração de fábricas inteiras com um mínimo de uso de força de trabalho humana – mas indicam uma tendência a se expandir.

Esses números se referem, evidentemente, apenas a robôs, não tratam de computadores avançados, impressoras 3D, ferramentas e equipamentos cada vez mais sofisticados. E não tratam, principalmente, das chamadas “máquinas ferramentas de controle numérico” (MFCN), isto é, máquinas industriais dotadas de ferramentas que possuem cérebros eletrônicos acoplados. Esses novos meios de produção, desenvolvidos graças à microeletrônica, são nada mais do que as antigas máquinas ferramentas industriais agora adicionadas de um computador e que podem ser programadas segundo as necessidades imediatas da produção, assim como seus braços-ferramentais podem ser alterados, removidos e modificados de acordo com o novo objetivo (PALLOIX, p. 81).

Esse conjunto de elementos mostra a complexidade da estrutura produtiva contemporânea – e poderíamos utilizar centenas de exemplos por todo o mundo de fábricas com o mínimo de empregados –, mas é preciso salientar como esse processo

⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1651582-robos-industriais-nao-sao-ameaca-afirmam-especialistas.shtml>>. Acesso em: mai. 2016. Ver também: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1068/noticias/a-fabrica-do-futuro>>. Acesso em: mai. 2016.

⁶ Segundo Norbert Trenkle (2000), para a criação de um único emprego nas condições médias do mercado mundial, na metade da década de 1990, seriam necessários investimentos na ordem de 300 mil a um milhão de dólares. Uma década depois, o economista Carlos Lessa (2006) calculava que, no patamar tecnológico de então, seriam necessários 250 mil dólares para gerar um posto de trabalho de operário. Um estudo de 2014, realizado a pedido do governo de Minas Gerais, calculava os investimentos médios necessários para a criação de emprego em diversos campos. Na indústria química seriam necessários mais de dois milhões de reais para cada emprego gerado; na siderurgia, o volume de investimento estaria em torno de 200 mil reais. A média obtida em vários setores para uma única vaga criada seria de cerca de 280 mil reais. Contudo, é possível que o estudo estivesse subdimensionando os investimentos exigidos, já que citava a criação de empregos diretos e “indiretos”. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/01/19/internas_economia,489408/investimentos-mostram-custo-do-emprego-em-minas-gerais.shtml>. Acesso em: mai. 2016.

ultrapassa os marcos da indústria e avança para outros setores da economia. A agricultura industrializada tem feito uso de semeadoras e colheitadeiras automáticas, mas até mesmo a direção desses veículos tem sido guiada por satélite, sem a necessidade de operadores humanos. Por outro lado, em lojas comerciais máquinas automáticas de saque ou pagamento têm sido amplamente utilizadas. Máquinas de café, quiosques eletrônicos para venda de alimentos, livros e *gadgets*, serviço automático de cobrança por meio de cartões bancários... a lista de exemplos poderia continuar indefinidamente para as atividades comerciais. Entretanto, esse processo está longe de estar completo e, devido à própria natureza interna da revolução tecnológica no capitalismo – onde a revolução nos meios de produção se torna uma coerção inevitável devido à “coerção da concorrência” (Marx) – a tendência futura é de um aprofundamento assustador devido à ampliação das aplicações da robótica.

A China, ainda considerada como chão de fábrica mundial e país de concentração do operariado industrial, vem realizando um esforço monumental de investimento em tecnologia automática e robótica. Já é o mais importante mercado mundial de robôs industriais e provavelmente terá superado em 2017 todos os países do mundo em sua utilização absoluta no processo produtivo. Mas a utilização relativa ainda é reduzida: existem apenas trinta robôs para cada dez mil trabalhadores hoje na China, nível baixo comparado à Coreia do Sul, com 437 robôs, ou o Japão e Alemanha, onde há respectivamente 323 e 282 robôs para dez mil empregados.⁷

Com a ampliação do uso de robôs e o barateamento sistemático de suas unidades – robôs de serviço pessoal como o Baxter já são vendidos nos EUA a menos de 25 mil dólares e robôs de limpeza doméstica são comercializados popularmente na China e Japão por poucas centenas de dólares⁸ –, os impactos sobre o emprego serão gigantescos. Calcula-se que, na velocidade atual de dispensa de operários nas unidades industriais, os robôs devam eliminar sessenta milhões de empregos até 2025, tornando ainda mais rara a figura do operário fabril.⁹

A permanente transformação dos postos de trabalho

⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08/1672335-robos-que-trabalham-lado-a-lado-com-operarios-chegam-a-industria-do-pais.shtml>>. Acesso em: mai. 2016.

⁸ Em 2012, três milhões de robôs de uso doméstico e pessoal foram vendidos em todo o mundo. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-invasao-dos-robos-imp-,1507670>>. Acesso em: mai. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1068/noticias/a-fabrica-do-futuro>>. Acesso em: mai. 2016.

A visão do mundo sobre a China ainda é aquela fixada nas indústrias que empregam uma volumosa força de trabalho a custo baixíssimo e longas jornadas. É evidente que essa imagem ainda revela uma realidade incontestável da estrutura produtiva chinesa, responsável, em parte, pela desindustrialização de várias economias ocidentais (em conjunto com a automatização da produção) e pela inundação do mundo com mercadorias de todos os tipos e de baixo valor.¹⁰ Contudo, essa imagem é parcial e, tal como a fotografia de um processo, fixa uma realidade em transformação sem dar conta do movimento. A China não apenas está no limite máximo de utilização de sua força de trabalho – chegando ao provável pico de 72% de população total em idade de trabalhar¹¹ – como a maior parte está empregada em atividades terciárias, isto é, serviço, comércio, administração etc. Assim como a mudança na estrutura produtiva nos países centrais levou à transferência da maior parte da força de trabalho da indústria para o chamado setor terciário da economia, também o desenvolvimento chinês segue essa trajetória. Mas na China essa velocidade é muito maior do que aquela levada a cabo pelos países da Primeira Revolução Industrial (Inglaterra, França) ou mesmo aqueles da Segunda Revolução Industrial (Alemanha). Essa é uma dinâmica comum a todos os países que passaram pelo processo de industrialização em suas economias, ainda que nem sempre seguindo o mesmo caminho – os países de industrialização periférica, como Brasil e México, saltaram de uma estrutura da força de trabalho baseada na agricultura para uma maioria empregada no setor de serviços, sem que a indústria tivesse ocupado a maior parte dos trabalhadores. Isso configurou uma “hipertrofia do setor terciário” que culminou no desemprego disfarçado e na ampla informalidade da economia periférica.

Historicamente, o setor terciário foi visto como o necessário absorvente social da força de trabalho desempregada pela tecnologia nos demais setores da economia. A ortodoxia econômica, seguindo a velha “teoria de compensação dos salários”, versão da

¹⁰ Mas é questionável o peso exagerado que se dá ao deslocamento de empregos industriais dos países ocidentais para a China. Segundo alguns estudiosos do impacto da economia chinesa nos EUA, “o número de empregos diretamente perdidos para a China até o momento pela terceirização no exterior é irrisória” (HUTTON, p. 26). Num momento em que já havia a discussão sobre as *maquiladoras* mexicanas, os Tigres Asiáticos estavam por cima e a indústria chinesa começava a ser notada, os economistas Krugman e Lawrence (p. 47) argumentavam que a destruição de empregos nos EUA por causa da automação estava mais próximo da realidade do que a “presumida perda desses empregos devido à concorrência internacional”.

¹¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1628187-na-china-forca-de-trabalho-comeca-a-encolher-e-desacelera-o-crescimento.shtml>>. Acesso em: mai. 2016.

lei de Say no mercado de trabalho, asseverava que o capital economizado com a destruição de empregos, devido ao uso de nova tecnologia, deveria ser dirigido a outro setor. Ao ser reinvestido teríamos a recriação do posto de trabalho até então eliminado.¹² Integrante da concepção de um automatismo em que o mercado nunca enfrenta de fato o desemprego – para a economia neoclássica, como se sabe, só existe desemprego como opção pessoal –, essa tese do setor terciário como amortecedor compensatório foi ampliada com a argumentação de que nele a magnitude de capital utilizada é baixa. A explicação é que atividades como comércio, finanças, administração, educação ou serviços pessoais, por exemplo, são normalmente grandes empregadoras, mas exigem volume de capital reduzido.

Entretanto, desde que a microeletrônica foi desenvolvida e generalizada, os setores de serviços têm sofrido os efeitos economizadores de força de trabalho tal como os demais. Diferente de grandes máquinas ou equipamentos industriais tradicionais, os microcomputadores se tornaram uma realidade em toda a atividade social, inserindo-se não apenas nas diversas etapas das finanças (bancos, administração e contabilidade) como servindo diretamente aos usuários-consumidores e com isso reduzindo a necessária mediação pessoal. Assim, temos a contabilidade eletrônica cujas notas fiscais, lançamentos contábeis e registros são realizados automaticamente nos atos de compra e venda, empréstimos ou pagamentos. Também presenciamos o uso de computadores domésticos onde é possível fazer o acompanhamento pessoal de contas ou operações financeiras. Mas nessa área presenciamos mais significativamente a extinção de trabalho com a substituição de bancários por caixas automáticos. Em 2014, o setor bancário no Brasil demitiu cerca de cinco mil funcionários. No seguinte, 2015, foram quase dez mil postos de trabalho fechados¹³ – e isso numa conjuntura em que os bancos apresentaram recorde em seus lucros, não sentindo o efeito da crise econômica como as demais empresas. Mais ainda: até mesmo os mercados financeiros, até então considerados vencedores diante das *hards industries*, sofrem hoje os efeitos economizadores da microeletrônica, a ponto de os *traders* das bolsas de valores serem desempregados por “operadores de alta frequência”, computadores que realizam

¹² Marx (p. 54-60) foi o primeiro a realizar uma crítica sistemática da “teoria da compensação dos salários”. Pollock (p. 97-120), em seu trabalho clássico sobre a automação, também realizou uma crítica dessa tese, mostrando que no pós-guerra a única compensação que atuava (parcialmente) diante do desemprego tecnológico era a grande absorção de trabalhadores pelos gastos improdutivos do complexo industrial-militar.

¹³ Disponível em: <<http://www.assiscity.com/?b=53827>>. Acesso em: mai. 2016.

automaticamente operações financeiras e já dominam mais da metade de todas as negociações em Wall Street.¹⁴

Também nas atividades comerciais, como nos demais espectros do terciário, uma infinidade de aplicações da microeletrônica, dos computadores e da leitura ótica tem substituído trabalhadores: seja na extinção de caixas nos mercados e redes varejistas, a utilização de equipamentos automáticos que estimulam o autosserviço e, cada vez mais, a ampliação do comércio eletrônico. Já em 1999 – portanto antes da era de popularização da internet no Brasil – o DIEESE alertava para os impactos do comércio eletrônico sobre o trabalho no setor comercial:

As novas tecnologias e as novas formas de organização e de gestão introduzidas no comércio são destruidoras de postos de trabalho e de emprego, em várias seções e departamentos da empresa. E, numa dimensão mais ampla, até no segmento atacadista, apesar de estar excluído da integração varejo-fornecedores, a geração de emprego vem sendo menor diante da intensificação do comércio eletrônico, particularmente do intercâmbio eletrônico de dados (DIEESE, 1999).

A ampliação do emprego da informática em diversas atividades não decorre apenas da flexibilidade inerente à microeletrônica, capaz de ser inserida em qualquer ambiente de produção ou de negócio, mas também da reorganização ampla do processo produtivo e burocrático que a própria microeletrônica implica. O que se trata, portanto, não é apenas uma mudança nos meios de produção (*hardware*) que leva à eliminação definitiva de muitos empregos, mas também uma contínua transformação na organização do próprio processo de produção (*software*), isto é, a reestruturação permanente das relações de trabalho. Não é acaso que toda a discussão sobre crise do trabalho e automação seja acompanhada de reflexões sobre a superação da lógica fordista de produção, a ruptura com a organização taylorista do trabalho e a inserção de novos modelos de gestão da produção (*toyotismo, ohnoísmo, volvoísmo* etc.).

A flexibilidade inerente à nova tecnologia microeletrônica – se estendendo em novas aplicações como a impressão em superfície tridimensional, nanotecnologia e

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2507200918.htm>>. Acesso em: abr. 2013.

tecnologia do conhecimento – provoca a reorganização do processo produtivo devido às inovações frequentes no ciclo dos produtos. Grupos de controle de qualidade, departamentos de automação e círculos de tecnologia e inovação têm sido responsáveis pela progressiva redução dos tempos-mortos na atividade produtiva ou nos processos comerciais e financeiros. O uso generalizado dos microcomputadores em cada etapa e incorporando cada vez mais funções se transforma em elemento de constante inovação organizacional. No que toca ao processo de produção propriamente dito, essa autorreflexão organizacional leva a uma realidade completamente nova na história da economia capitalista. Em virtude das novas técnicas e novos modelos organizacionais em constante transformação, a *inovação dos processos produtivos ultrapassa a inovação das mercadorias produzidas*. Levando ao extremo a lógica apontada por Marx da “produção pela produção”, isto é, o fetichismo em que o desenvolvimento da produção é o objetivo primário e determinante da organização social, o capitalismo superdesenvolvido microeletrônico criou uma dinâmica irrefreável de revolução organizacional e tecnológica.

Os núcleos dos computadores duplicam a capacidade de processamento em menos de dois anos; a capacidade de armazenamento tem sido duplicada, num mesmo espaço físico, a cada quarenta meses; um simples *tablet* de hoje tem a mesma capacidade de processamento do computador mais moderno existente há trinta anos, com um custo infinitamente menor. Isto significa que, no afã de ampliar ao máximo as capacidades produtivas, maximizar os lucros e reduzir os custos e inconvenientes dos meios, o processo de produção é alterado mais rapidamente do que os próprios bens finais que são por ele criados. Com algumas exceções, as mercadorias utilizadas cotidianamente por um consumidor médio são as mesmas há vinte ou trintas anos, mas o modo de produzi-las mudou várias vezes nesse período. Enfim, as maneiras de se produzir as mercadorias têm sido radicalmente alteradas, provocando impactos gigantescos na economia como um todo, mas os bens consumidos são mais ou menos os mesmos.

As implicações ecológicas dessa constante transformação são evidentes. Uma mercadoria produzida a cada rodada de modo distinto precisa ter sua vida útil reduzida ou pelo menos deve ser falsamente apresentada como diferente das anteriores para que a cadeia produtiva não enfrente uma embolia devido à superprodução. Mas esse aspecto ambientalmente destrutivo não é o nosso tema aqui – ainda que a discussão ecológica não possa ser isolada de uma reflexão sobre a crise do trabalho. O que nos interessa

particularmente é que os efeitos dessa dinâmica são destrutivos também de um ponto de vista economicamente abrangente: em termos macroeconômicos, o *ritmo de racionalização da produção supera o ritmo de ampliação dos mercados*.

Desde o fim do ciclo expansivo do pós-guerra essa condição tem sido apontada por uma série de importantes intelectuais: os níveis elevados de produtividade obtidos com a transformação produtiva e organizacional da microeletrônica são amplamente superiores aos índices do próprio crescimento econômico, cada vez mais rastejante – a não ser nos anos de bonança baseada na ficcionalização de ativos financeiros. O resultado dessa colisão entre produtividade e crescimento é a destruição de postos de trabalho sem a devida recomposição pela expansão econômica:

Em contraste direto com o desenvolvimento nos anos 50 e ainda nos anos 60, nos anos 70 as taxas de crescimento da produtividade do trabalho estão acima das da produção – com a consequência de que a força de trabalho liberada pelo progresso técnico não mais pode ser absorvida pela expansão da produção (OFFE, p. 92).

Nas décadas de 1980 e 1990, enxergávamos um aprofundamento desse processo em que a racionalização da produção não seria compensada mesmo quando o crescimento econômico fosse discernível no horizonte. Chamado pelos economistas de *jobless growth*, essa situação foi aprofundada devido ao poder da microeletrônica de se inserir em todos os possíveis setores da economia, ultrapassando a tecnologia industrial tradicional e eliminando o caráter absorvente do terciário:

Constituindo um paradigma intensamente maleável, a microeletrônica irá permitir a automação de uma ampla gama de serviços de natureza burocrático-administrativa. Através dos sistemas informacionais integrados, pesadas estruturas administrativas perdem totalmente a razão de ser, e por meio dos processos de reengenharia, são literalmente extintas. Desse modo, o que antes era um intenso e confuso fluxo de pessoas e papéis se torna um simples fluxo de elétrons e quanta de luz, monitorado por alguns poucos executivos e analistas de sistemas. Os ganhos de produtividade dessa mudança são

obviamente elevados e fazem com o que o setor terciário-burocrático já não mais contribua para uma baixa taxa média de crescimento da produtividade da economia (ALBAN, p. 209).¹⁵

Embora a primeira década do século XXI tenha apresentado uma redução dos índices de desemprego em boa parte do mundo ocidental, a fragilidade dessa redução foi logo demonstrada com a abrupta elevação desses índices com o estouro das bolhas financeiras responsáveis pela expansão econômica daquele período – crise imobiliária e queda nos preços das *commodities* no mercado mundial. Mesmo que pequenos sinais de recuperação estejam sendo apresentados pelos governos europeus e norte-americano, os economistas oficiais têm apontado para o ressurgimento do fenômeno do crescimento sem emprego, agora renomeado como *jobless recovery*: o “desemprego persistente e involuntariamente elevado sugere que esta recuperação sem emprego pode ser mais dolorosa do que as duas anteriores” (KOLESNIKOVA; LIU, p. 18).¹⁶

O que essas análises indicam é que, para a expressão da crise mundial do emprego, não conta apenas a eliminação definitiva de postos de trabalho, mas também a agilidade com que empregos são criados e destruídos em ciclos cada vez mais curtos. O relatório da Organização Internacional de Trabalho, “Tendências Mundiais de Emprego – 2014”, apontou que, em 2013, o número de desempregados em todo o mundo chegou a 202 milhões de pessoas. Projetando o futuro, a tendência é uma ampliação para 215 milhões de desempregados em 2018, mesmo com a criação, nesse período, de quarenta milhões de empregos. A criação de novos postos de trabalho não será capaz de dar conta nem da destruição de empregos nem da entrada de novos trabalhadores no mercado – o que implica em saldo líquido negativo.¹⁷

Isso cria uma situação de extrema instabilidade na força de trabalho mundial: crise do trabalho não é apenas ampliação progressiva do número de desempregados em

¹⁵ “Antes, quando os postos de trabalho na indústria eram eliminados ou reduzidos, podiam ser substituídos por postos de colarinho branco. Mas hoje, se as posições de colarinho branco desaparecerem, onde serão criados os novos empregos?” pergunta o sociólogo Wallerstein (2016).

¹⁶ Os autores se referem aos períodos de recuperação econômica posteriores às recessões de 1973-1975 e 1981-1982, comparando-as à recuperação atual diante da recessão de 2007-2009.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/fraca-recuperacao-economica-nao-chega-ao-emprego>>. Acesso em: mai. 2016. No Brasil, o salto atual na taxa de desemprego se deve também a essa dupla dimensão: eliminação de postos de trabalho e o retorno ao mercado de parte da população economicamente ativa que havia deixado de participar devido a uma série de medidas públicas (assistência social, formação educacional etc.). Isso de modo algum minimiza o caráter dos eventos que vivemos, pelo contrário, demonstra que as alternativas até então ensaiadas de administração da crise não passavam de freios temporários e não de solução estrutural para a crise do trabalho.

todo o mundo, mas também uma instabilidade crescente para aqueles que permanecem ativos no mercado. E isso se deve não apenas à ampliação desse exército de reserva – que pressiona os empregados tanto pela concorrência que oferecem quanto pela redução dos salários diante da oferta crescente de mão de obra – mas principalmente em virtude dos ciclos de reestruturação cada vez mais acelerados dos processos de produção.

A precarização da força de trabalho não é decorrente apenas da elevada rotatividade a que boa parte dos trabalhadores está submetida – hoje no Brasil, 45% dos trabalhadores com carteira assinada são demitidos a cada ano.¹⁸ O que temos visto é que, além da ampliação do desemprego, os postos de trabalho que restam estão sujeitos a uma elevada transformação, são destruídos e novos são criados conforme as dinâmicas da reestruturação produtiva. Daí a insistência de especialistas em apontar que as informações sobre a grave crise que vivemos não pode ser dimensionada apenas pelas taxas oficiais de desemprego, pois a necessidade cria pressões sociais que levam às mais variadas estratégias de sobrevivência. Conforme apontou o economista indiano Prabhat Patnaik (2016), utilizando-se de dados da própria OIT, 63% da força de trabalho global atual está em situação de desemprego, desencorajada (desistiu de procurar emprego) ou se trata de “empregados vulneráveis”, isto é, trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem rendimento, membros de cooperativas de produtores etc.

A improdutividade crescente da força de trabalho

Como relatado há pouco, a estrutura da força de trabalho chinesa passou por uma transformação explosiva nas últimas duas décadas – de uma maioria de trabalhadores empregados na agricultura, rapidamente as mudanças nesse país asiático levaram a uma ocupação predominante no setor terciário. Embora tenha chegado a ocupar quase 30% de sua força de trabalho total, a indústria nunca se tornou o principal empregador na sociedade chinesa: os serviços ultrapassaram a agricultura como principal setor de ocupação da força de trabalho – em 2012, 35,7% dos empregos já estavam no setor terciário da economia.¹⁹

¹⁸ Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8661:empregos-no-brasil-duram-menos-de-dois-anos-diz-pesquisa-da-unb&catid=35:agencia-diap&Itemid=206>. Acesso em: mai. 2016. A importante obra de Pochmann (2012, p. 92-97 e 120-121) questionando a “nova classe média” tem uma série de informações sobre a ampliação da rotatividade do trabalho no Brasil.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: mai. 2014.

O que essa informação nos revela é que mesmo a mais importante estrutura produtiva mundial já não é capaz mais de empregar grande parte de sua força de trabalho: afetada pela transformação produtiva, os empregos se deslocaram para as áreas comerciais, financeiras, a administração pública e privada e demais atividades de serviço.

A princípio isso não indicaria nada além da própria vitalidade de uma economia que se ajusta constantemente às transformações ou – como acreditam os apologistas de uma pretensa “sociedade pós-industrial” – o deslocamento do eixo da produção para uma economia criativa baseada no conhecimento e não mais na produção material. Essas interpretações são superficiais e ignoram os traços mais profundos da transformação em nossa época.

Em primeiro lugar, esse deslocamento está longe de ser um mero “ajuste” no mercado de trabalho ou uma compensação de empregos perdidos – embora com índices oficiais de 5% de desempregados, a colossal economia chinesa também apresenta assustadoras formas de desemprego que não são representados na estatística governamental – é provável que um índice mais amplo, que avaliasse o desemprego nas áreas rurais, atingiria três ou quatro vezes as taxas oficiais. Nos momentos de dificuldade econômica, quando a taxa de ocupação diminui, as autoridades chinesas forçam milhões de trabalhadores urbanos a voltarem para suas províncias de origem e assim reduzir o impacto sobre o mercado de trabalho – isto ocorreu depois da crise de 2009, quando mais de vinte milhões retornaram às comunidades rurais.²⁰

A ampliação substancial do setor de serviços, portanto, não se deve a nenhuma reformulação das atividades econômicas, mas em grande parte a mero ajuste espontâneo do desempregado à situação de expulsão dos postos de trabalho tradicionais: a tradição periférica de formação de uma economia subterrânea como estratégia de sobrevivência se tornou uma realidade mundial. Na China isso é tão significativo quanto em qualquer outra parte do mundo: estudo publicado pelo Banco Mundial revelou que nas grandes cidades chinesas a informalidade de trabalhadores pode chegar a 37%, dependendo da forma como se define estatisticamente a informalidade. Mas os dados são ainda mais expressivos para os migrantes, cuja informalidade pode abranger até mesmo 65% daqueles que não tem residência oficial na cidade em que trabalham (PARK; WU e DU,

²⁰ Disponível em: <<http://economia.terra.com.br/sem-emprego-20-milhoes-de-chineses-voltam-para-o-campo,89da17a7adc4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: mai. 2016.

2012). A maior economia industrial do mundo segue um fato já atestado há alguns anos pela Organização Internacional do Trabalho:



no final do século XX, a manufatura deixou de ser um setor importante de desenvolvimento do emprego, exceto no Leste e Sudeste Asiático. Nas economias em desenvolvimento, a queda da proporção do emprego agrícola coincidiu, de fato, com um aumento do emprego no setor de serviços, que passou de 28% a 32,6% no período compreendido entre 1995 e 2005. Entre as diferentes categorias de serviços, o setor no quais o emprego está aumentando mais rapidamente é o comércio, que inclui as atividades informais do comércio ambulante que tanto predomina entre os povos e cidades dos países em desenvolvimento (OIT, p. 34).

Com efeito, o economista Patnaik (2016) indica que boa parte da força de trabalho deslocada da agricultura, onde realizavam atividades precárias e em pequenas unidades de produção, “entraram outra vez no segmento dos empregados vulneráveis nas cidades”. A economia de serviços pode estar relacionada ao avançado desenvolvimento tecnológico, mas isso não significa de modo algum elevada qualidade de vida. Teóricos que se debruçam sobre a realidade das grandes economias urbanas integradas ao mercado global apontam que, ao lado da estrutura avançada de serviços sofisticados e atividades financeiras, prolifera a multidão de trabalhadores não qualificados de comércio, limpeza, serviços pessoais etc.²¹ Aliado à rotatividade elevada de parte crescente da força de trabalho mundial e sua transferência para os serviços, temos uma precarização evidente das condições em que essas novas formas de ocupação se desenvolvem.

Do ponto de vista de uma compreensão dos mecanismos mais profundos da reprodução capitalista é preciso ressaltar ainda outra característica dessa terciarização progressiva do trabalho mundial: a improdutividade crescente aí implicada.

Ao tratarmos da improdutividade do trabalho não queremos de modo algum julgar a sua importância, natureza ou finalidade. Produtividade aqui se refere unicamente à capacidade de determinada atividade de ampliar a magnitude de valor presente no circuito econômico capitalista. O que se trata, portanto, é o conteúdo formal

²¹ Veja por exemplo, Sassen (1993).

da atividade de trabalho e não o resultado material em si desta atividade. A capacidade de ampliação *substancial* do circuito global capitalista é o que define a contribuição formal de uma atividade – *trabalho produtivo* é aquele capaz de perfazer a *valorização do valor*. Sem entrar no complexo universo conceitual sobre a natureza produtiva ou improdutiva do trabalho, é possível definir, por derivação e exclusão, um *trabalho produtivo* se for realizado no âmbito de um *capital produtivo* e, portanto, contribuindo para a produção e ampliação da massa de valor presente no processo global da circulação capitalista. Todo o trabalho circunscrito ao *capital monetário* (atividades financeiras e da mediação do dinheiro em geral) ou ao *capital do comércio de mercadorias* (atividades comerciais) é improdutivo, pois não acrescenta valor algum ao circuito global capitalista. Obviamente, trabalho produtivo é unicamente aquele relacionado ao capital produtivo, capital produtor de mais-valia, enquanto as demais formas de trabalho realizam a mera circulação de mercadorias e dinheiro, nada adicionam em termos substanciais à estrutura reprodutiva do capital.²²

A vertiginosa ampliação das atividades terciárias no mundo contemporâneo pode ser vista como o resultado de uma informalização crescente da força de trabalho, que sobrevive em meio a uma economia de miséria e num nível muito próximo ao da subsistência. O relatório já citado da OIT, sobre as tendências do emprego, informa que, em 2013, um total de 839 milhões de trabalhadores sobrevivia com suas famílias com menos de dois dólares diários.²³ A automatização dos setores produtivos e a transferência de parte da força de trabalho para as atividades comerciais, administrativas ou financeiras (quando não lançadas de vez na exclusão social) é um processo crescente de improdutividade do trabalho. Isso significa que, mesmo com a ampliação da população economicamente ativa mundial, parte considerável desse universo, se não foi

²² “Marx distingue entre o trabalho empregado pelo ‘capital produtivo’ ou, mais exatamente, pelo capital na *fase de produção*, e o trabalho empregado pelo capital-mercadoria ou capital-dinheiro, mais precisamente, o capital na *fase de circulação*. Somente o primeiro tipo de trabalho é “produtivo”, não porque produza bens materiais, mas porque é empregado pelo capital “produtivo”, isto é, capital na fase de produção (...). O caráter produtivo do trabalho é uma expressão do caráter produtivo do capital” (RUBIN, p. 287). A determinação aqui proposta de trabalho produtivo nos permite aproximar da reflexão sobre as atividades improdutivas do setor terciário da economia, mas ela ainda é limitada pela esfera particular dos capitais, sem considerar a circulação global, isto é, a reprodução: “Uma definição do trabalho produtivo, referida ao processo de mediação da reprodução capitalista no seu todo, só pode ser avançada em última instância em termos de teoria da circulação. Quer dizer: em *termos da teoria da circulação*, só é produtivo de capital aquele trabalho cujos produtos (e também cujos custos de reprodução) refluem no processo de acumulação do capital; ou seja, aquele cujo *consumo* é recuperado de novo na reprodução ampliada. Só este consumo é um “consumo produtivo”, não apenas imediatamente, mas também em referência à reprodução” (KURZ).

²³ Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/fraca-recuperacao-economica-nao-chega-ao-emprego>>. Acesso em: mai. 2016.

excluído integralmente da sociedade do trabalho graças aos efeitos da transformação tecnológica, não contribui mais para a reprodução ampliada de capital, ainda que execute tarefas muito necessárias à economia de mercado.

A União Europeia já apresenta cerca de 72% do total de sua força de trabalho no setor terciário da economia. Os EUA e Canadá possuem 79% nesse setor. No Brasil, 71% dos trabalhadores já estão ocupados com atividades terciárias. Transferindo grande parte da força de trabalho para as atividades improdutivas do terciário, o capitalismo cava um fosso cada vez mais profundo em sua capacidade de reprodução ampliada – é como se o gasto de energia necessário para colocar um gerador em movimento fosse progressivamente se ampliando diante da energia resultante dessa mesma engrenagem. Como atestou Marx (p. 92 e 93), “os agentes da circulação precisam ser pagos pelos agentes da produção. (...) Em vários negócios, compradores e vendedores são pagos por meio de uma porcentagem do lucro”. Enfim, os custos de manutenção da economia capitalista, de sua administração, de sua operação financeira e comercial crescem proporcionalmente diante dos lucros obtidos na sua unidade de produção – qualquer empresa capitalista individual seguindo uma trajetória dessas estaria fadada à falência.

É disso que se trata a dinâmica econômica atual – não é um acaso que, há quatro décadas, os noticiários econômicos de toda parte apontem para uma trajetória descendente das taxas de crescimento mundiais. “Crescimento rastejante”, “recessão crônica”, “estagnação secular” e “crise estrutural” são termos distintos, de procedências teóricas diversas, que tentam dar conta desse arrefecimento visível da economia mundial.

A crise da sociedade do trabalho não é de modo algum o horizonte feliz de “sociedade do ócio”, “sociedade pós-industrial” ou “era do conhecimento”. Crise da sociedade do trabalho é o resultado da autocontradição interna do capitalismo que tornou o trabalho a única atividade capaz de realizar a mediação social e, no entanto, move-se diuturnamente para eliminar o máximo possível de trabalho disponível. A sociedade do trabalho tornou essa atividade o único padrão de referência para a vida social, mas a torna progressivamente improdutiva para sua lógica econômica. Crise do trabalho é a face autodestrutiva da sociedade capitalista em sua manifestação mais avançada. A única maneira de escapar a essa dinâmica de destruição seria fundar uma nova sociedade sobre outra lógica.

Referências bibliográficas

ALBAN, Marcus. *Crescimento sem emprego: o desenvolvimento capitalista e sua crise contemporânea à luz das revoluções tecnológicas*. Salvador: Casa da Qualidade, 1999.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Reestruturação tecnológica e emprego no comércio em Santa Catarina*. Boletim n. 211, jan.-fev. 1999.

HUTTON, Will. *O aviso da muralha: a China e o Ocidente no século XXI*. São Paulo: Larousse, 2008.

KOLESNIKOVA, Natalia; LIU, Yang. Jobless recoveries: causes and consequences. *The Regional Economist* (The Federal Reserve Bank of St. Louis), p. 18-19, abr. 2011.

KRUGMAN, Paul; LAWRENCE, Robert. Trade, jobs, and wages. *Scientific America*, p. 44-49, abr. 1994.

KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>>. Acesso em: mai. 2016.

LESSA, Carlos. Entrevista. *Jornal do Engenheiro*, n. 46, abr. 2006.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas para o futuro da “sociedade do trabalho”*. v. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Cambios el el mundo del trabajo. Conferencia Internacional del Trabajo, 95ª Reunión*, Genebra, jun. 2006.

PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: TRONTI, Mario et alli. *Processo de trabalho e estratégia de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 69-97.

PATNAIK, Prabhat. The structure of the world labour force. *Peoples Democracy*, v. XL, n. 18, mai. 2016.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLLOCK, Frédérick. *L'automation: ses conséquences économiques et sociales*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1957.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis, 1987.

SASSEN, Saskia. A cidade global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 187-198.

TRENKLE, Norbert. *Globalização e migração*. Disponível em: <<http://grupokrisis2003.blogspot.com.br/2009/08/norbert-trenkle-globalizacao-e-migracao.html>>. Acesso em: mai. 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo em crise e declínio do trabalho*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/capitalismo-em-crise-o-declinio-do-trabalho/>>. Acesso em: mai. 2016.